

**Olhar-se no espelho e reconhecer seu algoz:  
a elaboração do discurso patrimonial argelino (1830-1962)**

*Aline Martins Martello\**

O objetivo do presente artigo é analisar, ainda que de maneira geral, a história da patrimonialização da Argélia no período compreendido entre 1830 e 1962. Tenho como hipótese que a narrativa construída em torno do patrimônio argelino é híbrida, o discurso patrimonial une pontos oriundos do período colonial junto aos da fase de seu nacionalismo, baseando-se numa associação das culturas e tradições locais com a herança francesa. Até a independência em 1962, as referências históricas foram balizadas pela colônia, a França, que circularam em torno de um discurso ora de herança romana, ora de herança oriental. Já na virada para o Século XX, cunha-se uma tradição, de caráter elitista, e que possuía uma visão orientalista a respeito das tradições dos argelinos de fato<sup>1</sup>. Com a independência, a partir de 1962, ganha forma o discurso nacionalista, o qual procurará resgatar o que de mais original formava a sociedade argelina na pré-colonização. No entanto, a partir dos 1990, sobretudo após a virada para o Século XXI, o discurso sobre o patrimônio ganha novo fôlego, o qual será elaborado pelo Estado como uma herança híbrida. Muito desse discurso é fruto das reflexões historiográficas dos anos 1980 (STORA: 1994,136); finda a guerra de independência, há uma nova geração de pesquisadores que passa a analisá-la em seus mais diferentes mosaicos. Se até essa década grande parte da historiografia era composta por trabalhos envolvendo a memória de sobreviventes, a partir dos anos 1980 ela se complexifica e ganha a forma de uma história social e cultural. O período de guerra civil (1992-2002)

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES e orientada pelo Professor Dr. Murilo Sebe Bonb Meihy.

<sup>1</sup> Chamo aqui de *argelinos de fato* os indivíduos nascidos na Argélia e não colaboradores com o regime colonial. Esses últimos são conhecidos por *pied-noirs* e, quando necessário, serão evocados por essa alcunha. Para referir-me aos franceses, farei referência à nacionalidade, entendendo que os *pied-noirs*, uma vez associados ao poder dominante, também podem ser considerados como *colonizador*. Do mesmo modo, os *pied-noirs* também podem ser franceses, uma vez que com o decreto Crémieux de 1870, muitos conseguiam obter a nacionalidade (e não a cidadania) francesa, sobretudo os de origem judia. A distinção entre os argelinos de fato e os *pied-noirs*, ambos nascidos sob o mesmo solo, é importante para fugir do conceito vago *colonizado* e poder revelar não somente a complexidade dos grupos sociais, mas também sua multi-vocalidade dentro da colônia. A complexa demografia colonial – a qual é bastante estudada na França – é apenas um dos exemplos de como a colonização pela *francização* ou assimilação traz consequências até os dias atuais, sobretudo no que tange à construção de identidade de argelinos filhos e/ou netos de *pied-noirs* ou argelinos emigrados à França após 1962.

dividiu ainda mais a sociedade e, por conta disso, não é de se espantar que diversos grupos (como os berberes ou *amazigh*<sup>2</sup>) tenham quisto maior reconhecimento de sua cultura e suas tradições por parte não somente do Estado, mas também da sociedade argelina como um todo.

Dito isso e explicada a devida complexidade populacional e identitária que compõe a Argélia desde a chegada dos franceses ao território em 1830, preciso explicar por que entendo o discurso patrimonial argelino como híbrido. Para isso, faço referência ao autor britânico Homi Bhabha. Ao contrário do uso do conceito de hibridismo por algumas obras pós-coloniais, as quais entendem hibridismo apenas como um intercâmbio transcultural (*cross country exchange*)<sup>3</sup>, Bhabha associa o termo hibridismo à análise da relação colonizado-colonizador, entendendo-a como tensa e interdependente na construção mútua da subjetividade dos mesmos. Ou seja, não é possível entender a Argélia pós-colonial sem analisar sua relação com os franceses durante o período de dominação – e, do mesmo modo, como a colonização fratura a sociedade colonial pouco a pouco –, da mesma forma que não é possível pensar nos franceses sem antes refletir sobre sua relação com suas colônias. O reconhecimento desse espaço ambivalente<sup>4</sup> da identidade cultural talvez nos ajude a ultrapassar o exotismo da diversidade cultural, favorecendo o reconhecimento de um hibridismo que adquire poder (*empowering*)<sup>5</sup> e com o qual a diferença cultural pode operar. Esse

---

<sup>2</sup> É possível encontrar ainda referências aos *touaregs*, povos nômades do deserto do Saara, sendo caracterizados como berberes. Isso se deve ao uso de línguas berberes, de origem afro-asiática, por todos esses grupos.

<sup>3</sup> Faço referência à crítica de Aschroft *et al.* sobre o uso do conceito de hibridismo. ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-colonial studies: the key concepts**. Routledge: Oxon; Nova York, 2013.

<sup>4</sup> Termo oriundo da psicanálise para referir-se à pretensão a algo e também ao seu oposto, Homi Bhabha adapta essa noção para a teoria do discurso colonial. A ambivalência descreve a mistura complexa de atração e repulsão que caracteriza a relação entre colonizador e colonizado. Ao invés de assumir que alguns assuntos dos colonizados são “cúmplices” e outros “resistentes”, a ambivalência sugere, então, que a cumplicidade e a resistência existem numa relação flutuante para com os assuntos coloniais. A ambivalência também caracteriza o modo no qual o discurso colonial se relaciona com os assuntos do colonizado, para o qual pode ser tanto o explorador quanto o estimulante, ou representar-se como estimulante ao mesmo tempo. Cf. ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-colonial studies: the key concepts**. Routledge: Oxon; Nova York, 2013. A grande contribuição de Bhabha é analisar as relações coloniais de maneira mais completa, fugindo aos binarismos utilizados até então (passado X presente, privado X público, psíquico X social), dentre outros pares.

<sup>5</sup> Segui as considerações feitas pelos tradutores da obra de Bhabha acerca de diversos termos de seu texto.

interstício (*in-between*), esse “espaço” ambivalente que envolve as relações entre franceses e colonizados, em geral, é o que carrega o peso e o significado da cultura.

A palavra hibridismo é oriunda da horticultura e define a elaboração de um ser híbrido a partir do cruzamento de duas espécies diferentes que resultam em uma terceira espécie, diferente das espécies originais. Assim sendo, uma vez que o processo colonial envolve a profunda modificação de todas as partes envolvidas, não é possível explicar o processo de formação do discurso patrimonial argelino fora de um a noção de hibridismo. Para Bhabha:

*A pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações “neocoloniais” remanescentes no interior da “nova” ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência. Além disto, no entanto, a crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, “de outro modo que não a modernidade”. Tais culturas de contra-modernidade pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para “traduzir”, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade. (BHABHA, 2003: 26). [Grifos do autor].*

Do contato de franceses e argelinos operado pelos anos de dominação colonial, ambos os lados saem modificados e, cada um por sua vez traduz o que é essa nova cultura, tão profundamente transformada pelos anos de dominação e/ou exploração<sup>6</sup>. Portanto, do contato do colonizador com seus colonizados, desse interstício nasce uma cultura com elementos híbridos, tanto para o primeiro quanto para o segundo. Essa cultura é uma cultura traduzida; cada grupo encontra-se com o “novo” que não é parte

---

<sup>6</sup> De certa maneira, ao analisarmos o caso argelino entendendo seu discurso patrimonial como híbrido conseguimos refutar a tese, longamente discutida e defendida em escolas europeias, sobre a colonização ser uma ruptura ou um parêntese na evolução das sociedades africanas. Para este trabalho, me detive somente ao caso argelino, mas poderíamos estender tal análise não somente a outros objetos do campo cultural como também a outros países subjugados pelo neocolonialismo europeu. O termo “ruptura” insiste mais na amplitude das transformações impostas pela colonização. Ao mesmo tempo, a noção de “parêntese” contém a ideia que a colonização é um episódio em um história de longa duração na qual as sociedades africanas jamais foram os atores. Há, aqui, um enfraquecimento militante. Portanto, ao opor as ideias de ruptura e parêntese e analisa-las em espelho, sob uma perspectiva diferente e não em oposição, somos capazes de compreender qual o impacto da colonização nas sociedades da África de maneira geral bem como de compreender as reações das populações subjugadas. SIBEUD, Emmanuelle. Brochura da disciplina « Les sociétés africaines: de la colonisation aux indépendances (XIX<sup>e</sup> – XX<sup>e</sup> siècles) ». Universidade Paris VIII (Vincennes – Saint-Denis), Departamento de História, ano letivo 2009-2010.

de seu continuum de passado. Não apenas retomam o passado como causa social ou precedente estético – daí a importância do trabalho com a memória –; o passado é renovado como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. ““O passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver”. (BHABHA, 2003: 27). A dificuldade é de reconciliar o velho com o novo.

Então, se ambas as partes envolvidas no processo colonial são modificadas, como então podemos pensar as identidades no mundo atual, globalizado e interconectado? Para Stuart Hall, as identidades nacionais são um dos grandes símbolos da modernidade; elas ajudaram a forjar uma identidade única, sobreposta às demais formas particularistas de identificação cultural. Com a entrada do mundo na era da globalização, o autor identifica três novas identidades se configurarem (HALL, 2005: 69): uma identidade homogeneizada, fruto da desintegração das identidades nacionais e da crescente homogeneização cultural do planeta; uma identidade resistente, a qual reforça as particularidades locais, sobretudo para fazer frente à globalização; e a identidade híbrida, novas identidades que se formam devido ao declínio das identidades nacionais típicas da modernidade.

A discussão que aqui nos interessa diz respeito à identidade híbrida, a qual, segundo o autor, diz respeito àqueles que possuem fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas que não possuem a ilusão do retorno ao passado. Esses indivíduos são obrigados a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimilados por ela e sem perderem completamente suas identidades; elas são o produto de várias histórias interconectadas.

*As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente **traduzidas**. (HALL, 2005:89) [Grifos do autor].*

Um dos objetos para entendermos a formação da identidade de um Estado é analisar o discurso patrimonial que esse constrói. Isso porque as obras patrimoniais são dotadas por práticas de governo – políticas de preservação, elaboração de propostas educativas – de determinado discurso, o qual deverá legar à gerações vindouras não

somente qual tradição e herança se quer, mas sobretudo que tipo de passado se construiu.

Enfim, para que possamos compreender o discurso patrimonial argelino, precisamos, no entanto, retomar o período de dominação francesa na Argélia durante os séculos XIX e XX e, ao mesmo tempo, entender como a França transfere as discussões acerca do patrimônio para sua recém-colônia.

*Transferindo tropas, saberes e práticas*

Quero adotar aqui a seguinte concepção de patrimônio: um discurso de fundação de determinada representação da sociedade, no seio do jogo complexo das sensibilidades em relação ao passado, de suas apropriações concorrentes e de uma construção frequentemente conflituosa. O patrimônio encarna, tal como afirma Dominique Poulot, a “vertu” genealógica, a utilidade pedagógica e o atributo da identidade, cada qual com vicissitudes diversas (POULOT: 1998,10). Em resumo: refletir sobre o patrimônio é também refletir sobre as formas sociais de culturalização do tempo, é pensar sobre as produções de sentido para a passagem do tempo (SALGADO GUIMARÃES: 2008,19). Para isso, não se pode deixar de considerar o regime de historicidade da época, tal como o quis François Hartog: há de se pensar que as sociedades criam formas específicas para conceber e se relacionar com o tempo e o seu devir<sup>7</sup>.

A concepção de patrimônio tal como descrita acima é contemporânea. E, para compreendermos o processo de patrimonialização em fins do Século XIX e início do XX na Argélia, precisamos entender como os elaboradores das políticas do patrimônio o entendiam em sua contemporaneidade. É preciso considerar que, no Século XIX, o campo de saber histórico enquanto disciplina estava em plena formação, calcado por uma lógica positivista que primava pela objetividade, sobretudo no que tange o trato de documentos. Para Babelon e Chastel<sup>8</sup>, ao longo do Século XIX coexistiram duas visões sobre o patrimônio: a do monumento triunfante e a do pitoresco, uma carregada de um

---

<sup>7</sup>Portanto, quando pensamos no patrimônio do Século XIX, podemos descartar de imediato a noção de participação ativa e voluntária dos cidadãos para mantê-lo, uma vez que essa noção só se torna realidade a partir dos anos 1980, com a “explosão do patrimônio” e as primeiras discussões acerca do que viria a se chamar Patrimônio Cultural Imaterial. Cf. HARTOG, François. **Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps**. Paris : Seuil, 2003.

<sup>8</sup> BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. **La notion de patrimoine**. Paris : Liana Levi, 1994.

sentimento de nostalgia poética e a outra respondendo à exaltação do presente. Essa exaltação devia-se à busca da elaboração de uma narrativa nacional, e os objetos patrimonializados além de servirem à formação de alunos nas artes e à fruição da população, dariam também uma espécie de existência ao passado. Assim, a patrimonialização se torna um debate de administração pública: discute-se o deslocamento de bens, sobretudo de colunatas arquitetônicas, e o combate ao vandalismo, o qual terá como porta voz principal Victor Hugo.

Em 1830, é criado o cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, vinculado ao Ministério do Interior e cujo primeiro titular será François Guizot. Sob seus auspícios terão início as primeiras catalogações de bens que necessitavam intervenção e proteção. Em 1837, já com a Comissão dos Monumentos Históricos criada, Guizot convocava, a partir de circulares, a todos os governadores de departamentos a recensar os bens de sua região. No entanto, cada departamento elegia seus próprios critérios para a escolha de um bem a ser preservado, o que demonstra a concepção de patrimônio ainda em formação, ainda em processo. A gestação de um sentimento patrimonial e nacional foi longa e dramática. “O sentido do patrimônio, quer dizer, de uma herança artística e monumental na qual podemos nos reconhecer, estava ainda longe de se definir na sociedade francesa.” (BABELON; CHASTEL: 1994,70). Tem-se aqui, talvez, a primeira noção de classificação patrimonial.

Ainda em 1830, a França desembarca na Argélia e inicia seu processo de domínio territorial. E não demorará muito para que sejam organizadas as primeiras missões de escavações arqueológicas e inventário monumental. Aliás, grande parte dessas missões contribuiu para que o exército francês avançasse cada vez mais para o interior da Argélia: os monumentos servirão de traço de referência para a elaboração do conceito de patrimônio. Desde os primeiros anos de ocupação, diversas foram as incursões para catalogação, mas é somente em 1840 que uma missão de arquitetos terá impacto na metrópole. Comandada por Amable Ravoisié, a *Exploration Scientifique de l'Algérie*, que durou até 1842, foi a primeira grande missão que possuiu como tarefa efetuar um inventário metódico do país sob diversos aspectos. Os desenhos dos arquitetos, na verdade, representam um recurso importante para revelar o impacto de uma visão francesa sob uma nova colônia, e as transferências de métodos em matéria de conservação de monumentos (OULEBSIR:1994, 57-76).

Grande parte das pranchas de publicação de Ravoisié concentrou-se na consagração de monumentos antigos da Argélia: templos, arcos de triunfo, portais, teatros, anfiteatros, termas, circos, hipódromos, pontes, aquedutos. A arquitetura árabe foi pouco representada e, especificamente na Argélia, ela não apresentava toda a sua grandiosidade, ao contrário do Cairo e dos territórios do Levante (OULEBSIR: 1994,65).

A segunda grande missão será comandada pelo arquiteto Edmond Duthoit, que se interessará pela arte mourisca desde sua primeira missão na Argélia, sobretudo das edificações das cidades de Tlemcen e de Argel. Enviado em 1872, Duthoit foi responsabilizado por seu supervisor, o arquiteto Emile Boeswillwald, de apresentar monumentos árabes oferecendo algum interesse, reconhecer seus estados de conservação e decidir sobre as restaurações prioritárias a serem realizadas. Viajando entre os departamentos de Argel e Oran, Duthoit será nomeado pelo ministro da instrução pública e de belas-artses Arquiteto-chefe dos monumentos históricos da Argélia, primeiro posto criado nessa colônia em 1880.

Foi necessário esperar quase cinquenta anos para que fosse promulgada a lei para a conservação dos monumentos e objetos de arte possuindo um interesse histórico ou artístico. Datada de 30 de março de 1887, seu artigo primeiro estabelece que “os imóveis por natureza ou por destinação cuja conservação possa ter, do ponto de vista da história ou da arte, um interesse nacional, serão classificadas em totalidade ou em parte pelos cuidados do ministro da instrução pública e das belas-artses”<sup>9</sup>.

Após o estabelecimento de diretrizes acerca dos bens públicos e privados e sua regulamentação, consta na lei uma lista dos bens imóveis e móveis de cada departamento francês a ser monumentalizado, isso é, esses monumentos passam a dispor de proteção de uso e restauro. A partir dessa data, os monumentos móveis e imóveis da colônia argelina também passam a ser protegidos. Em relação especificamente à Argélia, qualquer que fosse o monumento – objetos de arte ou arqueologia, edifícios, mosaicos, esculturas, estátuas, medalhas, vasos, colunas e inscrições – que pudesse existir em imóveis pertencentes ao Estado ou com seu uso

---

<sup>9</sup> FRANÇA. Lei para a conservação dos monumentos e objetos de arte possuindo um interesse histórico e artístico, de 30 de março de 1887. Disponível em: < [www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr) >. Acesso em 08 jun. 2014.

concedido por este a particulares ou instituições públicas, incluindo-se os campos militares, pertenceriam ao Estado francês.

Apesar das medidas adotadas pelo poder colonial, o rastro de destruição foi vasto. A fundação do *Comité du Vieil Alger*, instituição que fundará o discurso patrimonial argelino para o Século XX, produziu uma série de trabalhos cuja análise permitia retrazar, partindo da escala da cidade de Argel para todo o território da Argélia, a história de uma tomada de consciência francesa com respeito ao patrimônio arquitetônico desse país. A definição de patrimônio da Argélia caminhou do reconhecimento dos monumentos antigos para, em seguida, o reconhecimento dos monumentos árabes. A criação desse comitê no início do Século XX resume o conjunto de práticas conservadoras adotadas na Argélia durante o Século XIX.

Fica claro que, ao longo do Século XIX e também durante boa parte do Século XX a cultura esteve a serviço da política para que o império francês legitimasse sua política colonial. O reconhecimento de monumentos relativos à Antiguidade em primeiro lugar é apenas uma das várias construções que a Europa elaborou sobre o “Oriente”. Partindo de Edward Said (SAID:2007,27), essa prática denominada pelo autor como orientalista é um modo de abordar o Oriente a partir da experiência ocidental europeia. A política imperial europeia, mais especificamente francesa em minha discussão, é apenas uma das possibilidades para que a Europa e, logo, a França, legitime seu poder sob o resto do mundo. O Orientalismo é um sinal de poder euro-atlântico sobre o Oriente e não um discurso verídico sobre o que é o Oriente (o que o discurso acadêmico afirma ser). O Orientalismo é, na verdade, uma cultura político-intelectual que diz muito mais a respeito das potências europeias do que do Oriente em si.

O cenário para a fundação de um cânone artístico a respeito do patrimônio argelino está formado. Na virada para o Século XX, a fundação de uma sociedade para proteção e vigilância do patrimônio não poderia ser mais favorável. Em 1905, um grupo composto por artistas, jornalistas e outros notáveis, sensíveis à Argel antiga, criam um comitê de vigilância para a conservação dos restos mouriscos na cidade. Funda-se então o *Comité du Vieil Alger*, que “[...] desenvolve um papel considerável na definição do



patrimônio arquitetônico da cidade algéroiase, tanto quanto na difusão de uma imagem conforme as preocupações das elites políticas (OULEBSIR: 2004, 240).<sup>10</sup>

As primeiras adesões ao comitê foram de arquitetos, jornalistas e, sobretudo, de quadros da administração, principalmente para compor cargos de direção e tesouraria. Há aqui uma evidência da elaboração do discurso patrimonial conforme as aspirações políticas do governo colonial, de maneira a manter não somente a dominação sobre os argelinos, mas salvaguardar a dominação cultural exercida pela metrópole. A ação dessa instituição concentrou-se em duas grandes frentes: a primeira de redigir monografias dos mais célebres trabalhos de estilo mourisco da cidade de Argel, com o intuito de conservar e proteger os edifícios da parte antiga da cidade e formar determinado saber sobre Alger; e a segunda de fundar e difundir os cânones estéticos do estilo neomourisco<sup>11</sup>. Grande parte desses estudos foi veiculada através da imprensa, sobretudo através do jornal *La Dépêche Algérienne* (Figura III), cuja própria sede havia sido construída em estilo neomourisco.

A importância desse comitê, no entanto, está na invenção de uma tradição, cujo principal símbolo foi o estilo arquitetônico neomourisco, com o objetivo de reparar a espoliação e destruição causada pela colonização durante o Século XIX. Sua criação intervém no momento em que a administração colonial decide adotar uma nova política com respeito aos signos do passado argelino. Favorável às instituições artísticas, essa política obedece a uma vontade de construção de uma tradição nova, onde a relação com o local se manifesta por um uso exótico de linhas e formas (OULEBSIR: 1998, 211-224). Assim, o que ocorre é a escrita de uma história de ancestrais franceses que se estabeleceram na Argélia.

---

<sup>10</sup> Tradução livre de “[...] le Comité du Vieil Alger joue un rôle considérable dans la définition du patrimoine architectural de la cité algéroise, ainsi que dans la diffusion d’une image conforme aux préoccupations des élites politiques”.

<sup>11</sup> O estilo neomourisco seria a reconciliação do Oriente com o Ocidente, reivindicando uma filiação à Espanha muçulmana, o qual empresta do passado árabe – idealizado – elementos ditos símbolos de sua arte, como os mosaicos, as cores e a abundância de elementos decorativos.



**Figura III:** Projetado por Henri Petit e inaugurado em 1906, o edifício serviu de sede para o jornal *La Dépêche Algérienne*. Hoje abriga o *Rassemblement Démocratique National*. Disponível em: < <http://mutual-heritage.crevilles-dev.org/>>. Acesso em 06 nov. 2014.

Com todas as transformações culturais e urbanísticas pelas quais passava a cidade de Argel, essa nova tradição fundia passado em presente: eles são projetados simultaneamente no interior de uma mesma imagem, a de uma cidade preocupada com suas tradições e também orientada para o progresso. Portanto, olhar e analisar o estilo neomourisco como uma apropriação orientalista dos elementos da arquitetura mourisca, fundindo-os com diversos elementos não somente das artes muçulmanas como um todo, mas, sobretudo, com o que os colonizadores consideraram ser a arte *indigène*.

Por fim, vale sublinhar que a lógica que subentende o discurso patrimonial anunciado pelas diferentes instâncias da época é um discurso que privilegia a definição de uma tradição *algéroise* nova, projetando edifícios públicos cujas formas lembram formas arquitetônicas francesas antigas. Assim, a atividade do *Comité du Vieil Alger*, ao se encaixar perfeitamente nesse discurso, contribui ainda mais para o sucesso do discurso colonial. E porque não pensar que essa nova tradição elaborada pelo *Comité du Vieil Alger* é um hibridismo? Afinal, o discurso patrimonial elaborado a partir de então é o produto de uma tradução da tradição francesa e da tradição argelina, essa vista de maneira orientalista, para fazer surgir a nova tradição patrimonial da colônia argelina. Doravante, a identidade colonial argelina refletia, de certo modo, esse hibridismo.

Esse discurso estético e identitário vigorou até a independência da Argélia. A partir de 1962, o novo estado independente busca construir sua narrativa nacional e, desse modo, os grupos dirigentes que governarão a Argélia a partir de então, as elites políticas<sup>12</sup>, se aproximarão dos discursos do pan-arabismo<sup>13</sup>, tentando buscar o que de

---

<sup>12</sup> Na Argélia, a formação das elites é bastante peculiar. Logo após a independência, não ocorre uma coesão social ou cultural para assumir o poder; há uma competição entre diversos grupos armados que lutaram pela independência do país. Portanto, grupos não ligados à luta armada são excluídos do processo. Assim, facções rivalizam com o discurso de alcançar a independência e o desenvolvimento do país, sobretudo economicamente. Para que esse projeto de discurso nacionalista pudesse se tornar realidade, foi necessário um pacto social em torno da estatização dos hidrocarbonetos, permitindo não somente o financiamento do projeto de construção da Argélia, mas também a manutenção desse mesmo grupo no poder.

mais puro existia na cultura árabe. O que se produz é um discurso para construir a memória nacional do país, a narrativa do passado calcada na resistência ao jugo colonial francês e consequente exaltação dos libertadores da Argélia bem como daqueles que morreram lutando. Essa narrativa, em certa medida, demonizou os franceses. É de se pensar, portanto, que o governo se utilizasse do patrimônio como um objeto didático para elaboração de sua narrativa nacional; o patrimônio argelino, no entanto, não é elencado como elemento de prioridade do governo. O importante, nos anos 1960, é desenvolver o país, sobretudo economicamente. Portanto, até a década de 1980, o patrimônio não faz parte da agenda nacional argelina. Somente em 1998 uma lei específica sobre o patrimônio será elaborada, a qual já incorpora as noções de patrimônio cultural imaterial. É somente a partir desse momento que a Argélia passa a desenhar uma política específica para seu patrimônio: a narrativa histórica elaborada a partir daí procura argumentar que o campo patrimonial argelino é híbrido, de maneira a valorizar sua cultura local pré-colonial, mas também reconhecer os aportes coloniais para a elaboração do discurso e organização administrativa em torno do campo do patrimônio.

### Referências bibliográficas

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-colonial studies: the key concepts**. Routledge: Oxon; Nova York, 2013.

BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. **La notion de patrimoine**. Paris : Liana Levi, 1994.

---

<sup>13</sup> Sob a influência do egípcio Gamal abd el-Nasser, o pan-arabismo procurou reunir os países de língua e civilização árabe ao redor de uma instituição que defendesse seus interesses. De maneira geral, os pan-arabistas defendiam a independência dos territórios árabes do jugo colonial e foram, nesse sentido, os grandes elaboradores dos discursos do nacionalismo árabe. Cf. BALTA, Paul. **El grand Magreb. Desde la independencia hasta el año 2000**. Madrid: Siglo Vinteuno de España Editores, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Miriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OULEBSIR, Nabila. **Les usages du patrimoine. Monuments, musées et politique coloniale en Algérie**. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004, p.238.

\_\_\_\_\_. L'invention de la tradition: les travaux du Comtié du Vieil Alger (1905-1930) IN POULOT, Dominique (org.). **Patrimoine et Modernité**. Paris : l'Hamarttan, 1998, pp.211-224.

\_\_\_\_\_. La découverte des monuments de l'Algérie. Les missions d'Amable Ravoisié et d'Edmond Duthoit (1840-1880), **Revue du monde musulman et de la méditerranée**, N° 73-74, 1994, pp. 57-76.

POULOT, Dominique. Le patrimoine et les aventures de la modernité IN **Patrimoine et modernité**. Colléction Chemins de la mémoire. Paris : l'Harmattan, 1998, pp. 7-67.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. História, Memória e Patrimônio IN BARBOSA DE OLIVEIRA, Antonio José (org.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura; Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, pp.17-40.

SIBEUD, Emmanuelle. Brochura da disciplina « Les sociétés africaines: de la colonisation aux indépendances (XIXe – XXe siècles) ». Universidade Paris 8 (Vincennes – Saint-Denis), Departamento de História, Ano letivo 2009-2010.

STORA, Benjamin. La guerre d'Algérie quarante ans après : connaissances et reconnaissances, **Modern & Contemporary France**, volume 2, n° 2, pp. 131-139.